

2ª Reunião Ordinária do COMAM de 2019

Ao décimo primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, no auditório da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente - SEUMA, com início às quatorze horas e trinta minutos, realizou-se a 2ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Fortaleza – COMAM do ano de 2019, que teve como pauta: 1) Apresentação da CAGECE sobre o status das metas de universalização das redes de abastecimento de água e coleta de esgoto previstos no Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) de Fortaleza – eixo: água. A Coordenadora de Políticas Ambientais - CPA, Edilene Oliveira, fez a abertura da reunião, dando boas-vindas a todos. Em seguida, passou a palavra para Michelyne Fernandes, técnica da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, que fez uma introdução dizendo que o PMSB de água e esgoto de Fortaleza foi concluído em 2014, tendo aprovação por meio de decreto em 2015. Em seguida, passou a palavra para Adriano, CAGECE, que iniciou a apresentação falando sobre o esgotamento sanitário, mostrando que os dados atuais existentes, entre eles estão: 61,73% de Índice de Cobertura Domiciliar; 395.565 ligações ativas; 42.943 ligações factíveis; 86,22% de índice de utilização de rede de esgoto e 2.536.130 metros de extensão de redes de sistema de esgotamento sanitário. Em seguida, mostrou um mapa mostrando a cobertura da rede de esgoto de Fortaleza e o Programa de Aplicação do Sistema de Esgotamento Sanitário, o qual tem como projetos: Implantação de redes coletoras, Implantação de redes em áreas remanescentes, cadastrando a situação, regularizando as áreas remanescentes, e implantando sistemas de abastecimento de água e coleta de esgoto; reposição de ativos, coma substituição das redes com a vida útil ultrapassada; e ampliação e melhoria do tratamento e disposição final dos efluentes. Em seguida, falou sobre o Programa de Águas para Cidadania, em que a CAGECE realizou o assentamento de redes de abastecimento, execução de ligações gratuitas e benefício da Tarifa Social em ocupações irregulares, para garantir o acesso à água tratada de qualidade e com continuidade, visando ampliar a cobertura e atingir a universalização. Os pré-requisitos iniciais são: Não estarem localizadas em áreas de proteção ambiental e em terrenos privados; Todos os clientes serão considerados padrão básico, desde que tenham o NIS; e que registrem consumo inferior a 10 metros cúbicos de água. Além disso, falou que foi realizada reunião comunitária com os moradores para explicar o projeto, todas as etapas do trabalho social e sobre a execução da obra. Durante a reunião realizada foi realizada entrega de comunicado e um termo de concordância para saber se o morador tem interesse ou não de aderir à obra e, de participar das ações sociais, de cunho educativo, trabalho social junto aos moradores consistindo em visitas aos imóveis, palestras, apresentação de teatro, oficinas e um trabalho educativo para que as pessoas passem a utilizar a água de forma responsável. Logo após, falou dos projetos de monitoramento do corpo receptor após a operação da ETE. Entre eles estão: Monitoramento do corpo receptor com a finalidade de atender à legislação vigente; e o monitoramento do efluente bruto tratado. Dainte disto, os parâmetros monitorados foram: Os parâmetros Fósforo, Oxigênio Dissolvido, Coliformes Termotolerantes Escherichia coli, Nitrogênio Amoniacal, Óleos Minerais, Óleos e Graxas Vegetais e Gorduras Animais, além da Turbidez apresentaram valores fora dos padrões estabelecidos pela Resolução em pontos próximos a saída do emissário. Além disso, foi detectado que a dispersão e a depuração dos efluentes foram suficientes para não poluição das praias. Entre as ações corretivas, então: Obra de recuperação estrutural das células desarenadoras e canais inferior e superior das peneiras, como objetivo a requalificação das estruturas da estação - R\$ 7,1 milhões – em andamento; e aquisição de peneiras com maior eficiência na remoção dos sólidos suspensos no efluente pré-condicionado em fase de processo licitatório e será executada através de recursos financiados, já aprovados junto ao BNB – R\$ 10,2 milhões. Logo após, falou do Programa de ações de vigilância sanitária quanto as ligações clandestinas de esgoto na rede de drenagem, apontando os seguintes



projetos: Vigilância sanitária, com a verificação dos locais onde há ligações clandestinas, em rede de drenagem e propor melhorias nesses pontos; Educação ambiental de conscientização da sociedade; Reciclagem do Óleo de Cozinha; Educação Ambiental e mobilização Social para o saneamento, conscientizando a população através de oficinas, palestras informativas, campanhas comunitárias, eventos sociais e acompanhamento das intervenções físicas e viabilização de parcerias. Por fim, falou do Programa de Implantação, Manutenção e Avaliação do Sistema de Informações de Saneamento Básico, que possui o projeto do Sistema Municipal de Informações de Saneamento Básico. Finalizada a apresentação sobre o a situação atual do Sistema de Coleta de Esgoto, a palavra foi passada para Daniel Gonçalves que perguntou se a Prefeitura e a CAGECE possuem os prazos para execução das metas estabelecidas pelo PMSB de Fortaleza, visto que muitas destas não foram cumpridas. André Arrais, SEUMA, respondeu que o intuito das apresentações sobre o PMSB ao COMAM é mostrar o que foi feito, o que não foi feito, que sejam corrigidas as falhas futuramente de forma mais efetiva. Em seguida, a palavra foi passada para Adriano Campos, CAGECE, que continuou a apresentação, desta vez, do Sistema de Abastecimento de Água - SAA. Iniciou falando sobre dados gerais atuais da SAA. Entre eles estão: 98,59% de índice de cobertura; 659.495 de ligações ativas; 31.555 ligações factíveis; 77,37 % de índice de utilização de rede de água e 4.157.068 metros de extensão de rede de SAA. Em seguida mostrou o Programa de Melhorias no Sistema e Universalização do Abastecimento, o qual possui os seguintes projetos: Ampliação do sistema de produção da ETA- Oeste, com a implantação da segunda etapa da ETA – Oeste; Ampliação do sistema de distribuição da ETA – Oeste; Ampliação e melhorias dos setores de distribuição; Implantação de novas redes, em que entre 2014 e 2018 foram implantados 162.173 m de rede. Cobertura populacional: 99,90%); Substituição de redes, em que 2014 e 2018 foram substituídos 7,9% em CA (16.600m) e 11,89% em FoFo (73.061m). Logo após, falou sobre o Programa de Redução de Perdas, com os programas de: Substituição de hidrômetros, em que foram trocados 380.942 hidrômetros entre 2014 e 2018, gerando um custo de R\$ 33.305,759; Instalação de 134.146 hidrômetros para novas ligações. Em seguida, mostrou os projetos de responsabilidade da prefeitura. Entre eles estão: Programa de educação ambiental; Programa de monitoramento e qualidade da água; e Programa de implantação, manutenção e avaliação do Sistema de Informações de Saneamento Básico. Adriano Campos, CAGECE, finalizou sua apresentação falando dos projetos em estudo da CAGECE, os quais são a Implantação de Planta de Dessalinização para Abastecimento da RMF; Convênio BNDES para estudos de PPP para esgotamento sanitário na RMF e RMC; Implantação de Estação Produtora de Água de Reuso; e Tarifa contingência. Em seguida, a palavra foi passada para Michelyne Fernandes, que falou quando houver a formação do comitê de revisão do PMSB de Fortaleza, que sejam convidados técnicos da Vigilância e Saúde. Logo após, Ângela Maria, IPC, falou que é importante que seja dada a devida atenção a qualidade da água, não só na distribuição, mas também na qualidade da água do emissário. E perguntou se existe alguma cidade em que se separe água cinza da água negra. Michelyne Fernandes, CAGECE, respondeu que no Brasil existe uma rede independente para drenagem e uma rede para esgoto, já na Europa é um encanamento só para os dois. Porém, existe uma grande interferência de esgoto na rede drenagem, dificultando muito essa divisão. Falou ainda que o que seria possível, até mesmo economicamente, era realização dessa separação, mais de forma mais pontual, e não num sistema de rede municipal. Realizando assim o reuso de água dentro do lote. Finalizadas as falas. Edilene Oliveira, SEUMA, agradeceu a presença e todos e deu por encerrada a reunião.

Estiveram presentes representantes de 19 instituições, sendo estas:



Instituição		Representante
1	SEUMA	Maria Edilene S. Oliveira
2	PGM	Patrícia Oliveira Barros
3	SECULTFOR	Davi Moreira Medeiros
4	SCSP	Marco Antônio de Sousa Borges
5	SME	José Eduardo Azevedo da Silva
6	SEMACE	José Wiliams Henrique de Souza
7	IPLANFOR	Francisca Dalila Menezes Vasconcelos
8	IBAMA	José Maria Barbosa da Silva
9	ACFOR	Leandro Joias Chaves
10	CAGECE	Alisson Carlos Melo Oliveira
11	CREA	Christina Bianchi
12	ECOFOR AMBIENTAL	Rafael dos Santos Silva
13	FBFF	Jerônimo Paulo da Silva
14	UNIFOR	Andréa Agda C. de Souza Arruda
15	UNIFOR	Lamarka Lopes Pereira
16	IPC	Ângela Maria da Costa Araujo
17	ENEL	Camila Lima Gadelha
18	CDL	Raimundo Matias da Silva
19	ACC	Antônio José Gomes Costa
20	CAU	Daniel Gonçalves Rodrigues

84 A reunião contou ainda com alguns participantes:

Instituição		Representante
1	CPA/SEUMA	Natália Nogueira Rocha
2	CAGECE	Abraão Sampaio
3	CAGECE	Ana Karoline Carvalho
4	CAGECE	Almira dos S. França
5	CAGECE	Michelyne Fernandes
6	CAGECE	Pedro Cavalcante
7	CAGECE	Joel Bastos
8	SEUMA	Marcos André Arrais de Almeida

85 Das instituições representantes do COMAM que não compareceram, apenas UFC e MP apresentaram
86 justificativa.

Fortaleza, 03 de maio de 2019.



Natália Nogueira Rocha
Secretária Executiva do COMAM





Coordenadoria de Políticas Ambientais

Av. Dep. Paulino Rocha, 1343 • Cajazeiras • CEP 60.864-311 Fortaleza, Ceará, Brasil

85 — 3452.6910 / 3452.6911

